



GOVERNO DO PARÁ

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ



Secretaria Executiva de Estado de Administração



SEAD

CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR

TÉCNICO EM DEFESA E INSPEÇÃO
AGROPECUÁRIA

ENGENHEIRO AGRÔNOMO
Cargo 1

Caderno de Provas
Aplicação: 25/1/2004

MANHÃ



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Melhorar Sociedades

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte e cinco** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 125**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta marcada diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde **um** ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2003 – SEAD/ADEPARÁ, de 6/11/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **26/1/2004** – Divulgação, a partir das 10 h (horário de Brasília), dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no sítio <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II **27 e 28/1/2004** – Recabimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente nos locais e no horário que serão informados na divulgação dos referidos gabaritos.
- III **17/2/2004** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados no item I e no Diário Oficial do Estado do Pará, dos resultados finais das provas objetivas e da convocação para a avaliação de títulos.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 11 do Edital n.º 1/2003 – SEAD/ADEPARÁ, de 6/11/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 448 0100.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 125 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código SR, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código SR não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Um presente da natureza...

1 Em 1854, o presidente dos Estados Unidos da América queria trocar grande área de terra ocupada pelos índios no oeste do país pela formação de uma reserva indígena. Recebeu do cacique Seattle esta resposta, que é considerada uma verdadeira lição de vida e uma das mais belas declarações de amor à natureza e que — cerca de 150 anos depois — circula periodicamente pelas listas de mensagens da Internet

4 O presidente informa que deseja comprar nossas terras. Mas como é possível comprar ou vender o céu, a tepidez do chão? Essa idéia não faz sentido para nós. Se o frescor do ar e a limpidez da água não nos pertencem, como poderemos vendê-los? Qualquer pedaço desta terra é sagrado para meu povo. Cada galho brilhante do pinheiro, toda a praia de areia, a neblina dos bosques ao escurecer, cada clareira da floresta e cada inseto que zune são sagrados na memória e na experiência do meu povo.

7 O córrego que procura seu caminho entre as árvores carrega consigo lembranças de nossos antepassados. Os mortos do homem branco, quando vão caminhar entre as estrelas, esquecem a terra de seu nascimento. Nossos mortos nunca esquecem esta bela terra, pois ela é a mãe do homem vermelho. Somos parte da terra e ela faz parte de nós. As flores são nossas irmãs; os veados, os cavalos, a águia gigante, são nossos irmãos; os picos rochosos, a fragrância dos bosques, o calor do corpo do cavalo e o homem pertencem todos à mesma família.

10 Assim, quando o grande chefe branco manda dizer que deseja comprar nossas terras, ele está pedindo muito de nós. Ele manda dizer que nos reservará um sítio, onde poderemos viver confortavelmente por nós mesmos. Diz também que será nosso pai, e nós seremos seus filhos. Se assim é, vamos considerar a sua proposta sobre a compra de nossa terra. Mas não será fácil, pois esta terra é sagrada para nós. Se vendermos a terra ao homem branco, ele deverá lembrar que ela é sagrada, e ensinar às crianças que ela é sagrada.

13 Qualquer reflexo sobre a superfície dos lagos evoca memórias da vida de nosso povo. O murmúrio das águas é a voz de nossos ancestrais. Os rios, nossos irmãos, nos saciam a sede, transportam nossas canoas e alimentam nossos filhos. Se comprar nossas terras, o homem branco deve dispensar aos rios a mesma afeição que dedicaria a qualquer irmão.

16 Sabemos que o homem branco não entende nosso modo de ser. Para ele, um pedaço de terra não se distingue de qualquer outro, pois ele é como um estrangeiro que vem durante a noite para roubar tudo de que precisa. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga. Depois que a submete, que a conquista, ele vai embora à procura de outro lugar. Deixa para trás a sepultura de seus pais, e rouba a herança de seus filhos. Seu apetite vai exaurir a terra, deixando atrás de si apenas desertos.

22 Isso eu não compreendo. Nossos costumes são diferentes, e a visão de vossas cidades é dolorosa para os nossos olhos. Talvez porque o homem vermelho seja selvagem, e não possa compreender.

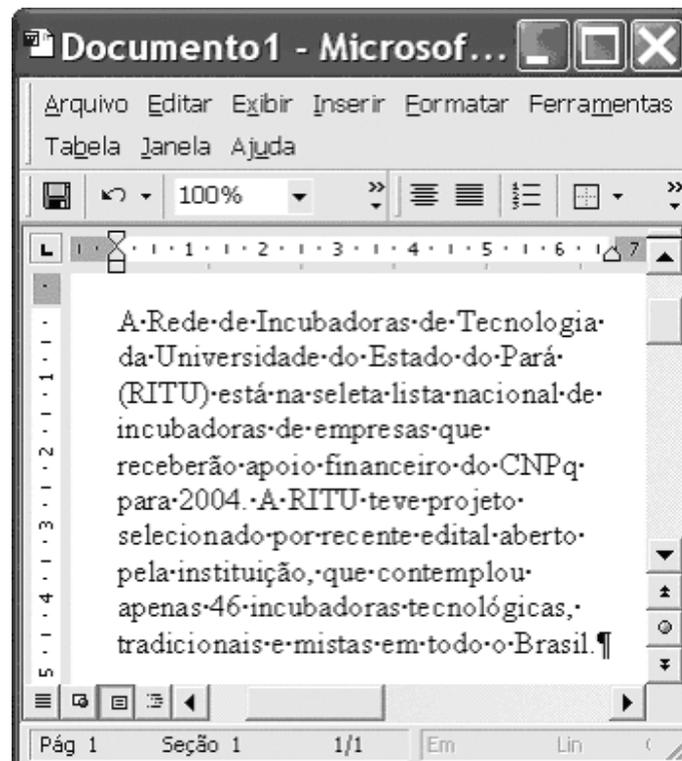
Internet: <<http://www.novomilenio.inf.br>>. Acesso em 30/11/2003 (com adaptações).

Considerando as idéias expressas e as estruturas empregadas na construção do texto acima, julgue os itens a seguir.

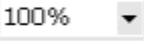
- 1 O texto pode ser dividido em duas partes distintas: o primeiro parágrafo, de contextualização, e os demais parágrafos, que apresentam a fala da personagem anteriormente situada no tempo e no espaço.
- 2 Infere-se, segundo a indicação das linhas 3 e 4, que, pela temática, sempre atual, o texto circulará indefinidamente, na forma de mensagem eletrônica, pela Internet.
- 3 Associando os princípios de tipologia textual aos de correspondência oficial, é correto afirmar que a resposta dada pelo cacique Seattle é um texto predominantemente narrativo, cuja forma pode ser classificada como de uma **carta comercial**.

- 4 O texto, a partir da linha 5, por apresentar os argumentos do falante acerca de um assunto, tem a natureza de uma redação de **exposição de motivos**.
- 5 Os pronomes “nossas” (l.5) e “nós” (l.6) têm como referentes os índios guaranis, que, junto com os bororós e os tapuias, ocupavam as terras da região Centro-Oeste do Brasil.
- 6 No segundo parágrafo do texto, o cacique justifica a impossibilidade de venda da terra devido ao fato de não ser proprietário dela, assim como não o é do ar e das águas.
- 7 Para os indígenas representados no texto, “são sagrados” (l.8) à experiência e à memória todos os componentes do ambiente natural, sejam eles de natureza vegetal, mineral ou animal, em estado líquido, sólido ou gasoso.

- 8 Na linha 9, o pronome “consigo” refere-se aos “antepassados” do cacique que defende as terras da nação indígena.
- 9 Da passagem “Os mortos do homem branco, quando vão caminhar entre as estrelas, esquecem a terra de seu nascimento” (l.9-10), depreende-se que o falante não acredita em vida depois da morte.
- 10 O cacique negou-se a fazer negócio com “o grande chefe branco” (l.14) porque não achou lucrativo trocar uma vasta extensão de terra por um pequeno “sítio”, mesmo que nele pudesse viver confortavelmente.
- 11 Na linha 17, o emprego do sinal indicativo de crase justifica-se por ter havido a fusão de dois “a”: o primeiro, uma preposição, exigida pela regência do verbo “ensinar”, e o segundo, um artigo definido, feminino, plural, que antecede ao substantivo “crianças”.
- 12 A expressão “Qualquer reflexo” (l.19), iniciada por um pronome indefinido, flexionada no plural, deve ser escrita assim: **Quaisquer reflexos**.
- 13 Em “Se comprar nossas terras” (l.20), o termo sublinhado é uma partícula apassivadora, que corresponde ao sentido **se nossas terras forem compradas**.
- 14 Na linha 21, passando-se “o homem branco” para o plural e fazendo-se as concordâncias necessárias no período, o sentido geral do texto é preservado.
- 15 O texto permanecerá gramaticalmente correto caso a passagem “roubar tudo de que precisa” (l.23) seja reescrita como **roubar tudo que precisa**.
- 16 A conjunção “mas” (l.23) estabelece, entre as duas orações do período, uma relação de adversidade.
- 17 Na linha 24, devido à relação entre os termos oracionais, as duas vírgulas que separam a oração “que a conquista” podem ser trocadas por ponto-e-vírgula, sem que ocorra desvio gramatical.
- 18 O vocábulo “trás” (l.24) pode ser grafado como **traz**, sem prejuízo para a semântica e a sintaxe da frase.
- 19 Em “Isso eu não compreendo” (l.26), o pronome demonstrativo, por estar apontando para o que foi dito no parágrafo anterior, comporta, como um recurso coesivo adequado, a substituição por **Isto**.
- 20 Na linha 26, a vírgula antes da conjunção “e” está correta, porque a oração antecedente e a seguinte têm sujeitos sintáticos distintos: no primeiro caso, é “nossos costumes” e, no segundo, “a visão de vossas cidades”.



A figura acima mostra uma janela do Word 2000, contendo um documento com parte de um texto extraído do sítio <http://www.governodopara.pa.gov.br>. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir, acerca do Word 2000.

- 21 É correto concluir que a parte mostrada do documento em edição contém um único parágrafo formatado com o alinhamento à esquerda.
- 22 Para excluir da primeira linha do documento o termo “Incubadoras”, é suficiente aplicar um clique duplo sobre o referido termo e, em seguida, clicar .
- 23 Por meio de opção encontrada no menu **Exibir**, é possível alterar o espaçamento entre as linhas do documento em edição.
- 24 Por meio da opção Nova janela, encontrada no menu **Janela**, é possível abrir uma nova janela do Word 2000 contendo um documento em branco, para a edição de texto independentemente daquele contido em “Documento1”.
- 25 Sabendo que a fonte em uso no documento tem tamanho 10, para alterar esse tamanho para 12, é suficiente ativar a caixa  100%, selecionar 120%; e, em seguida, teclar .

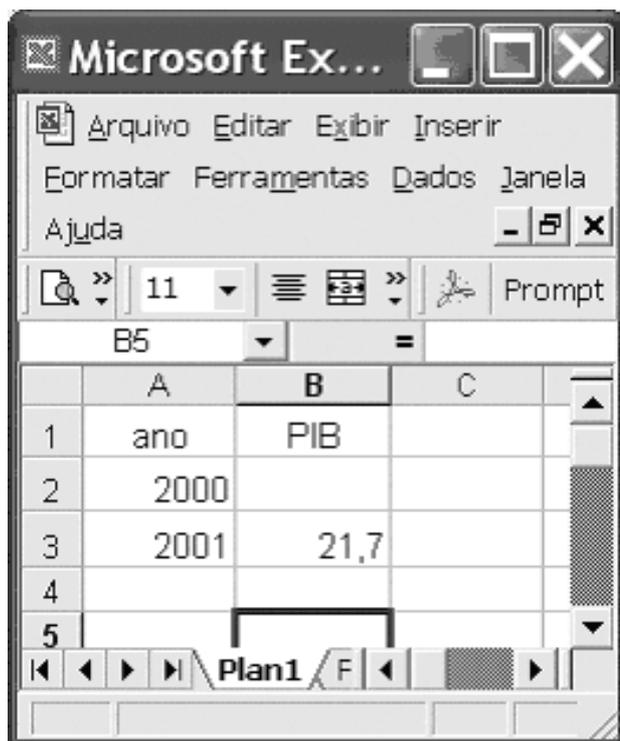


Figura I

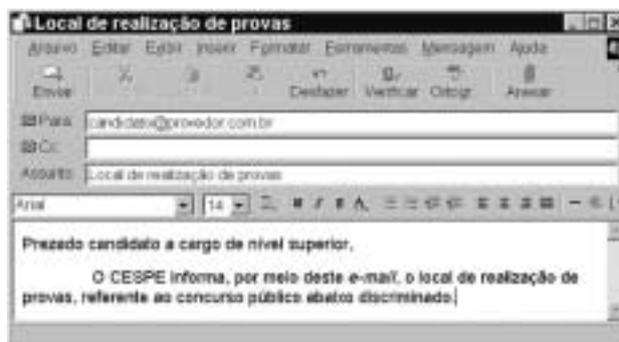


Figura II



Figura III

A figura I mostra uma janela do aplicativo Excel 2000, com uma planilha contendo o valor, em bilhões de reais, do produto interno bruto (PIB) do estado do Pará no ano 2001. Com base nessa figura, julgue os itens de 26 a 28, acerca do Excel 2000.

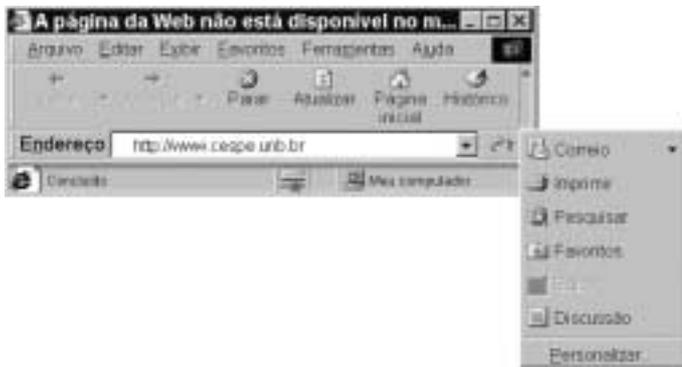
- 26 Sabendo que o PIB do Pará cresceu 4,7% no ano 2001 em relação ao ano 2000, então, para determinar o valor do PIB no ano 2000, pondo o resultado na célula B2, é suficiente: clicar a célula B2; digitar $=(1-0,047)B3$ e, a seguir, teclar **Enter**.
- 27 Na planilha mostrada, caso se selecione as células A2 e A3 e, a seguir, se arraste com o *mouse* o canto inferior direito dessa seleção até o canto inferior direito da célula A4, então o conteúdo da célula A4 passará a ser 2002.
- 28 No *menu* **Formatar**, encontra-se a opção Células, que permite formatar o conteúdo de células selecionadas para as categorias de, entre outras, número, data, porcentagem e texto.

Com o objetivo de informar, por meio de correio eletrônico, o local de realização das provas do concurso público da ADEPARA, a Divisão de Informática do CESPE editou, para os respectivos candidatos, a mensagem de *e-mail* mostrada em parte na figura II, que ilustra uma janela do Outlook Express 5, programa que foi utilizado nessa operação. Com base nas informações presentes na figura II, julgue os itens 29 e 30, referentes ao *e-mail* mencionado.

- 29 Por meio do botão **Anexar**, o responsável pela edição do *e-mail* tem à disposição recursos do Outlook Express 5 que lhe permitem anexar um arquivo Paint contendo uma imagem referente ao mapa da região da cidade onde um determinado candidato deverá realizar as provas do concurso acima referido.
- 30 Por meio do *menu* **Ferramentas**, o responsável pela edição do *e-mail* tem à disposição recursos do Outlook Express 5 que lhe permitem realizar um revisão ortográfica do texto da mensagem a ser enviada aos candidatos.

A figura III ilustra uma janela do Windows Explorer que está sendo executada em um computador PC, cujo sistema operacional é o Windows 98. Considerando que parte das informações mostradas na janela referem-se ao objeto cujo ícone está selecionado — **Adepara** —, julgue os itens 31 e 32, tendo como base a janela ilustrada.

- 31 O ícone **Adepara** refere-se a uma pasta ou diretório que contém exatamente 8 objetos, entre pastas e arquivos. Com base nas informações apresentadas na janela, é correto afirmar que esses 8 objetos ocupam uma quantidade de memória igual a 347 *kilobytes*.
- 32 Ao clicar o botão **Voltar**, será mostrado na janela do Windows Explorer o conteúdo da pasta, ou diretório, associada ao ícone **Anexo**.



Com base nas informações contidas na janela do Internet Explorer 5 ilustrada na figura acima, é correto afirmar que

- 33** será iniciado um processo de acesso à página Web cujo endereço eletrônico é <http://www.cespe.unb.br> por meio de uma conexão do tipo ADSL, caso o botão  seja clicado.
- 34** o computador no qual o Internet Explorer 5 está sendo executado dispõe de sistema de proteção contra vírus de computador do tipo *firewall*.
- 35** um processo de acesso à página configurada como inicial do Internet Explorer 5 será iniciado ao se clicar o botão , caso essa página tenha sido adequadamente configurada por meio dos recursos disponíveis no *menu Ferramentas*.

No contexto da expansão econômica verificada na região Norte nas últimas décadas, o estado do Pará experimentou um grande dinamismo em suas atividades econômicas. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 36** Grandes projetos agropecuários acionaram a economia, mas, por outro lado, promoveram a concentração de terras nesse estado.
- 37** Embora o estado do Pará apresente um significativo desenvolvimento industrial, as atividades extrativas e agrícolas ainda são importantes para a economia do estado.
- 38** A criação da Zona Franca na Amazônia com sede em Manaus objetivou a entrada de empresas estrangeiras, promovendo o desenvolvimento industrial amazônico, alcançando o território paraense.
- 39** As formações florestais no estado fornecem diversos produtos para o extrativismo, com bom potencial de expansão das atividades, devendo, entretanto, ser observada a sustentabilidade dos ecossistemas.
- 40** Visando ao desenvolvimento endógeno, o projeto Grande Carajás de exploração mineral está incluído nas iniciativas do governo federal com o objetivo de expandir a economia, restringindo a comercialização dos produtos ao mercado interno.
- 41** Abundância de recursos genéticos, diversidade e volume de riquezas minerais, de fauna e de flora, bem como a relativa proximidade de mercados no hemisfério norte, conferem ao estado do Pará uma posição estratégica, despertando interesses econômicos no Brasil e no exterior.

Há uma grande preocupação diante da degradação ambiental causada pela voracidade da exploração de recursos nos estados amazônicos brasileiros, incluindo o Pará. Com base nas características naturais dos ecossistemas encontrados nesse estado e na necessidade de preservação desses ecossistemas, julgue os itens seguintes.

- 42** Embora o ecossistema amazônico seja considerado frágil, o clima tropical propicia uma rápida regeneração das florestas, o que torna o desmatamento um problema menor quando comparado, por exemplo, à poluição dos rios pelo garimpo.
- 43** Os rios de águas brancas são assim chamados em razão da coloração das águas carregadas de sedimentos trazidos pela erosão acelerada, em consequência de desmatamentos.
- 44** A existência de grandes projetos agropecuários no estado do Pará justifica-se pelas características do solo e pelo clima tropical úmido. Nessas condições, há uma grande atividade microbiana, em razão da temperatura que favorece a pronta recomposição mineralógica do solo agricultado.
- 45** As cheias periódicas do sistema fluvial amazônico e, portanto, encontradas também em rios paraenses, apresentam essa característica em virtude do grande contraste dos totais pluviométricos ao longo dos anos.

A respeito da Constituição Federal, julgue os itens a seguir.

- 46** Considere a seguinte situação hipotética.
- Carlos cometeu crime de homicídio na véspera da data em que entrou em vigor uma lei aumentando a pena desse crime, e foi preso cinco dias depois.
- Nessa situação, aplica-se a Carlos a pena aumentada pela referida lei.
- 47** A ADEPARA é uma autarquia que integra a administração indireta do estado do Pará.
- 48** É lícita a acumulação de um cargo de técnico de nível superior da ADEPARA com um cargo de professor em instituição estadual de ensino, desde que haja compatibilidade de horários.
- 49** Considere a seguinte situação hipotética.
- Rodrigo é um fazendeiro que, com o objetivo de obter dinheiro para pagar uma dívida, vendeu sua máquina colhedora a seu vizinho Pedro.
- Nessa situação, Pedro tem perante Rodrigo todos os direitos estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive o de desistir da compra, no prazo de sete dias.
- 50** O funcionamento de estabelecimento capaz de causar degradação ambiental depende de prévio licenciamento ambiental por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e, em caráter supletivo, de licenciamento do competente órgão estadual que integre o Sistema Nacional do Meio Ambiente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA) publicou a Instrução Normativa n.º 38/1999, a respeito do estabelecimento das listas positivas de pragas quarentenárias A1, A2 e das não-quarentenárias regulamentadas. Nesse contexto e à luz da legislação pertinente, julgue os itens a seguir.

- 51** As pragas não-quarentenárias regulamentadas são aquelas cuja presença em plantas, ou em partes destas, para plantio, influi no seu uso proposto e possuem impactos econômicos inaceitáveis.
- 52** É obrigatório notificar ao Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal (DDIV/SDA/MAPA) no caso de detecção ou caracterização de qualquer praga quarentenária A1 e A2, ou qualquer outra considerada inexistente no território nacional, por todas as entidades que realizem pesquisa na área de fitossanidade. No entanto, essa obrigatoriedade não atinge as categorias profissionais diretamente vinculadas à área de defesa sanitária vegetal de qualquer órgão ou entidade do sistema de defesa agropecuária.
- 53** As listas de pragas quarentenárias A1, A2 e não-quarentenárias regulamentadas demandam atenção especial dos integrantes do sistema de defesa fitossanitária do país, destacando as de alto risco potencial, para as quais fica estabelecido o alerta máximo.
- 54** As comissões de defesa sanitária vegetal (CDSV) dos estados são responsáveis pela apresentação de planos para o estabelecimento de áreas livres ou de baixa prevalência de pragas, quando da existência de condicionantes que permitam, por meio de evidência científica, sua caracterização.
- 55** As pragas quarentenárias A2 somente possuem representantes entre as bactérias e os vírus, enquanto as quarentenárias A1 não possuem representantes entre os fungos e os phytoplasmas.

O Decreto n.º 24.114, de 12/4/1934, aprovou o Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, principal instrumento de fundamentação dos serviços oficiais de proteção de plantas. Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Julgue-a considerando as disposições da legislação referida e avaliando a posição das autoridades do MAPA.

- 56** Um determinado empresário solicitou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorização para importar amendoim por um pequeno porto localizado no litoral paraense. Nesse caso, as autoridades do MAPA não concederam a autorização, uma vez que, naquele porto, não havia um serviço de defesa sanitária vegetal funcionando nem um Posto de Vigilância Agropecuária devidamente credenciado.
- 57** Um importador de aveia em grãos protestou por escrito ao MAPA, pelo fato de um fiscal federal agropecuário ter dado prioridade na análise e avaliação de um lote de hortaliças folhosas frescas trazido ao país por outro importador, embora tenha chegado ao país depois da aveia. Nessa situação, o fiscal federal agropecuário agiu corretamente, uma vez que os produtos vegetais de fácil deterioração devem ter precedência na inspeção à chegada.

- 58** Durante a inspeção de importação de um lote de frutas, um fiscal federal agropecuário lotado no porto de Belém percebeu que esse lote estava infestado com uma praga perigosa e de fácil alastramento. Nessa situação, o oficial lavrou imediatamente um termo de intimação contra o importador, para que ele apresentasse uma justificativa fundamentada, e reteve todo o lote da mercadoria em um depósito no próprio porto de Belém.
- 59** As autoridades sanitárias do MAPA, suspeitando da presença de uma praga perigosa em uma propriedade rural no município paraense de Paragominas, deslocaram uma equipe de fiscais federais agropecuários que, ao chegar ao local, foi impedida pelo proprietário de realizar suas diligências. Nessa situação, a equipe deve solicitar auxílio à polícia do município para que lhe seja assegurado o livre acesso à propriedade.
- 60** Um importador de sementes de girassol trazia esse produto da Europa mensalmente. Nessa situação, como se tratava de importações rotineiras e o produto sempre apresentava uma quantidade desprezível de pragas exóticas, o fiscal federal agropecuário muitas vezes dispensava avaliação prévia na entrada do produto.

A Instrução Normativa SDA n.º 20, de 21/2/2002, foi editada em razão do registro de ocorrência da mosca negra dos citros (*Aleurocanthus woglumi*) no estado do Pará, em especial na região metropolitana de Belém e nos municípios vizinhos. Com base nessa norma, julgue os itens seguintes.

- 61** O transporte de plantas e materiais de propagação vegetal das espécies consideradas hospedeiras da mosca negra dos citros em regiões de ocorrência da praga deve ser feito em veículos lonados ou caminhões tipo baú fechados.
- 62** Todo o trânsito de vegetais, suas partes e frutos oriundos da região metropolitana de Belém para qualquer unidade da Federação livre da praga, independentemente do procedimento técnico empregado, está terminantemente proibido até que a região seja declarada livre dessa praga.
- 63** Por causa da gravidade dessa praga, essa norma concentrou todas as ações voltadas para o controle nas barreiras fitossanitárias, nos aeroportos e portos utilizados no trânsito interno de produtos de origem vegetal, no órgão federal responsável pela defesa sanitária vegetal do MAPA, em parceria com a Polícia Federal.
- 64** A referida instrução estabeleceu critérios para a comercialização de frutos sem pedúnculo e folhas. No entanto, no caso do mangostão, os frutos podem ser comercializados com pedúnculo, desde que estejam livres de folhas e atendam a outras exigências.
- 65** As suspeitas ou constatações de ocorrência da mosca negra dos citros devem ser notificadas por escrito às autoridades policiais competentes, uma vez que, dado o prejuízo econômico que essa praga pode causar, o assunto deve ser tratado no âmbito criminal.

Tendo em vista a necessidade de atender à exigência da certificação fitossanitária estabelecida pela Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais, como também a necessidade de harmonizar o modelo e os procedimentos da certificação fitossanitária de origem, a Secretaria de Defesa Agropecuária publicou a Instrução Normativa (IN) n.º 06, de 13/3/2000. Considerando essa legislação, julgue os itens subsequentes.

- 66** O certificado fitossanitário de origem (CFO) e o certificado fitossanitário de origem consolidado (CFOC) são emitidos para atestar a qualidade fitossanitária para o trânsito de produtos potenciais veiculadores de pragas quarentenárias A1.
- 67** Os CFOs devem ser emitidos por engenheiros agrônomos ou engenheiros florestais nas suas respectivas áreas de competência, após aprovação em treinamento específico, organizado pela instituição executora da defesa sanitária vegetal na unidade federativa.
- 68** Os órgãos executores da defesa sanitária vegetal devem manter, permanentemente, especialistas em pragas quarentenárias A2 e em pragas não-quarentenárias regulamentadas credenciados para procederem à capacitação e reciclagem dos profissionais que atuam na certificação fitossanitária e no seu controle.
- 69** As instituições estaduais de defesa sanitária vegetal e as delegacias federais de agricultura (DFAs) das diversas unidades da Federação devem operacionalizar o emprego dos certificados fitossanitários previstos na IN 06, não cabendo a elas propor nenhum tipo de regulamentação subsidiária ou complementar sobre esse tema.
- 70** As processadoras de produtos de origem vegetal que necessitem de emissão de certificados fitossanitários devem manter obrigatoriamente, no local, livro próprio de acompanhamento, com páginas numeradas, para registro de informações pelo profissional credenciado.

As atividades de padronização, classificação, registro, inspeção, produção e fiscalização de bebidas são regulamentadas pelo Decreto n.º 2.314, de 4/9/1997. Com base nessa legislação, julgue os itens a seguir.

- 71** Para efeito de análise fiscal de bebida, o inspetor deverá proceder à coleta de uma unidade de amostra representativa do lote e de três unidades quando se tratar de análise de controle.
- 72** As amostras de bebidas coletadas deverão ser autenticadas e tornadas invioláveis na presença do responsável legal e, na sua ausência ou recusa, de duas testemunhas idôneas devidamente identificadas.
- 73** A legislação prevê que o termo de colheita de amostras deverá ser lavrado em duas vias, ficando a primeira em poder do interessado e a segunda com a fiscalização, e deverá conter o nome e o endereço do estabelecimento detentor do produto e a quantidade de amostra colhida, dispensando-se, nesse termo, a identificação do produto e do número de registro no MAPA.

74 A legislação federal de bebidas estabelece que o termo de inspeção deve ser lavrado sempre que realizada visita de inspeção ou fiscalização nos estabelecimentos previstos no Decreto n.º 2.314.

75 O auto de infração é o documento hábil para o início do processo administrativo de apuração de infrações previstas no Decreto n.º 2.314 e deve ser lavrado em três vias e preenchido com clareza e precisão, sem entrelinhas, rasuras, borrões, ressalvas ou emendas.

A Lei n.º 9.712, de 20/11/1998, promoveu alterações na chamada Lei Agrícola — Lei n.º 8.171, de 17/1/1991 —, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária. À luz do que estabelece a Lei n.º 9.712/1998, julgue os itens subsequentes.

76 São objetivos da defesa agropecuária assegurar a sanidade das populações vegetais, a saúde dos rebanhos animais e a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, ficando como atribuição exclusiva dos órgãos que constituem o Sistema Único de Saúde (SUS) assegurar a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.

77 Visando à promoção da saúde, as ações de vigilância e de defesa sanitária de animais e vegetais devem ser organizadas nas várias instâncias federativas e, no âmbito de sua competência, em um Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, subordinado ao SUS.

78 Compete às instâncias intermediárias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, entre outras, a vigilância do trânsito interestadual de plantas e animais, a coordenação das campanhas de controle e erradicação de pragas e doenças, a manutenção dos informes nosográficos e a coordenação das ações de educação sanitária.

79 Como parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, será constituído um sistema brasileiro de inspeção de produtos de origem vegetal e um sistema brasileiro de inspeção de produtos de origem animal, bem como sistemas específicos de inspeção para insumos usados na agropecuária.

80 A Lei n.º 9.712/1998 prevê que a inspeção sanitária e industrial dos produtos e insumos agropecuários seja feita por métodos universalizados, podendo ser adotado o método de análise de riscos e pontos críticos de controle.

Com relação a conceitos referentes à fitotecnia e à fitossanidade, julgue os itens seguintes.

- 81** A fitossanidade é uma especialidade que envolve o conhecimento de várias ciências, principalmente da fitopatologia e da entomologia, que se caracteriza pela aplicação prática de medidas de combate às pragas e controle das doenças, podendo também ser corretamente denominada de sanidade vegetal.
- 82** Uma zona de baixa prevalência é aquela em que inexistente interesse efetivo de se implantar qualquer cultura de valor econômico, por ser uma região de solos pobres e apresentar fatores climáticos adversos a projetos agrícolas.
- 83** Uma área livre de praga é aquela designada por autoridades competentes, que deve abarcar, necessariamente, a totalidade de um país ou a totalidade de vários países, na qual inexistente uma determinada praga.
- 84** Quarentena vegetal pode ser corretamente definida como o confinamento oficial de um vegetal, parte de vegetal ou produto de origem vegetal sujeito às regulamentações fitossanitárias, para observações e investigações ou para futura inspeção, prova e(ou) tratamento.
- 85** O manejo integrado de pragas consiste na avaliação científica que possibilita estudos e pesquisas, em laboratório, de diferentes pragas exóticas, sem perigo para o meio ambiente, por meio de controle fitossanitário e cuidados com acidentes laboratoriais.

Com base na Lei Federal n.º 9.972, de 25/5/2000, e o seu regulamento, o Decreto n.º 3.664, de 17/11/2000, que instituiu a classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, julgue os itens subseqüentes.

- 86** Considere a seguinte situação hipotética.

Durante fiscalização rotineira em um estabelecimento varejista localizado em município no interior do estado do Pará, um fiscal federal agropecuário suspeitou que determinada marca de feijão estivesse com irregularidades no que diz respeito às características especificadas na sua rotulagem. Imediatamente, coletou amostra desse produto e encaminhou-a a um laboratório local que, embora não fosse credenciado pelo MAPA, possuía todos os equipamentos necessários para a realização das análises solicitadas. O resultado da análise das amostras confirmou a suspeita de irregularidade.

Nessa situação, o fiscal federal agropecuário deverá lavrar auto de infração contra o estabelecimento.

- 87** Considere a seguinte situação hipotética.

Após receber o resultado de análise de amostra de arroz, o interessado, discordando da conclusão, decidiu solicitar análise de contraprova, porém a amostra enviada para essa finalidade apresentava, segundo os peritos, indícios de violação.

Diante dessa situação, as autoridades do MAPA deveriam decidir pelo arquivamento do processo de fiscalização e pela instauração de sindicância para apuração de responsabilidade por essa violação.

- 88** Mesmo sendo um infrator primário, é correto o MAPA multar um estabelecimento comercial por ter cometido uma infração prevista na Lei Federal n.º 9.972/2000 e no seu regulamento, o Decreto n.º 3.664/2000.
- 89** Sabendo que um lote de milho recentemente apreendido estava próprio para o consumo humano, a autoridade julgadora do MAPA, no uso de suas prerrogativas legais, agiu corretamente ao doar esse milho a uma instituição pública beneficente.
- 90** São objetos da classificação vegetal apenas os produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico destinados ao consumo humano.

Em conformidade com a Lei do estado do Pará n.º 6.478, de 13/9/2002, que dispõe sobre a defesa sanitária vegetal no estado do Pará, julgue os itens a seguir.

- 91** Defesa sanitária vegetal engloba todos os procedimentos de inspeção, classificação e fiscalização de vegetais, seus produtos e subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, dos insumos e dos serviços usados nas atividades agrícolas.
- 92** A defesa sanitária vegetal deve preservar o patrimônio agrícola, ecológico e fitossanitário do estado do Pará. Na busca desse objetivo, as ações de inspeção e fiscalização devem ser feitas sem cobrança de qualquer tipo de emolumentos e taxas, uma vez que se trata de matéria típica de Estado.
- 93** A ADEPARÁ pode celebrar convênios com o governo federal e com os municípios, visando à execução dos serviços decorrentes da defesa sanitária vegetal, estando, no entanto, proibida de realizar convênios com entidades privadas, uma vez que a defesa do patrimônio fitossanitário é tarefa específica de Estado.

94 Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infração às disposições da Lei n.º 6.478 acarreta, entre outras ações, aplicação de medidas cautelares, como o fechamento provisório do estabelecimento, o embargo de utilização da propriedade agrícola e a apreensão de matéria-prima, produto, máquina ou equipamento.

95 A ADEPARÁ é obrigada a exercer a coordenação, a execução, a inspeção e a fiscalização visando à prevenção, ao controle e ao combate das pragas que acometem os vegetais, partes de vegetais, seus produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, objetivando a sua erradicação no âmbito do território do estado do Pará.

O governo do estado do Pará, preocupado com o estabelecimento de áreas protegidas de algumas pragas, como a sigatoka negra e a mosca negra dos citros, publicou, em 5/11/2001, os Decretos n.º 4.927 e n.º 4.928. Acerca desses diplomas legais, julgue os itens seguintes.

96 O Decreto n.º 4.927 proibiu o trânsito de plantas e partes de plantas de bananeira (*Musa spp*) em todo o território do estado do Pará, visando estabelecer áreas livres da sigatoka negra para posterior proteção.

97 O cadastramento das propriedades produtoras de banana e de mudas de bananeiras e a inspeção constante nos pomares de banana e nas propriedades que produzam mudas de bananeira em área protegida são exemplos de ações que a Secretaria Executiva de Estado de Agricultura (SAGRI) deve desenvolver visando ao estabelecimento de área protegida.

98 Por tratar-se de uma praga que tem grande potencial de difusão e por ser a citricultura uma atividade de importância estratégica para o país, a maior parte das ações de controle da mosca negra dos citros ficou a cargo do governo federal por meio da Delegacia Federal de Agricultura no Estado do Pará, que, entre outras atribuições, deve cadastrar as propriedades produtoras de mudas cítricas existentes na área protegida e proceder à imediata erradicação dessa praga, caso seja detectada dentro dos limites da área protegida.

99 O Decreto n.º 4.928 proíbe o trânsito de vegetais e partes de vegetais hospedeiros da mosca negra dos citros oriundos das áreas de ocorrência dessa praga para a área protegida, podendo este ser autorizado mediante apresentação de CFO ou de permissão de trânsito vegetal (PTV), constando o tratamento realizado com produto fitossanitário.

100 Apesar de ser um avanço no sentido de estabelecer áreas protegidas, os Decretos n.º 4.927 e n.º 4.928 apresentam uma falha flagrante, uma vez que não prevêm formas de punições para as pessoas físicas e jurídicas que promovam transporte aéreo, terrestre, marítimo e fluvial em desacordo com os requisitos estabelecidos no texto dessas legislações.

A aprovação do regulamento técnico para o disciplinamento da utilização do certificado de classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, por meio da Instrução Normativa da SARC/MAPA n.º 01, de 5/3/2001, teve por objetivo estabelecer os requisitos e os critérios para utilização do certificado de classificação, como também dar as informações mínimas obrigatórias que devem constar desse documento, no momento de sua emissão. Com base nesse regulamento, julgue os itens seguintes.

101 O certificado de classificação, salvo situação específica que venha a ocorrer em determinado produto, deve conter, obrigatoriamente, informações que identifiquem a pessoa jurídica credenciada, como a razão social, o número do registro no cadastro geral de classificação do MAPA e o endereço completo, ficando dispensadas, no entanto, as informações referentes ao número de registro no CNPJ e da inscrição estadual.

102 A impressão, a emissão e o controle do certificado de classificação são de responsabilidade da credenciada que responde pela sua correta utilização, solidariamente com o profissional que emitiu o certificado.

103 O certificado de classificação é o documento hábil para comprovar a realização da classificação obrigatória prevista no Decreto n.º 3.664, de 17/11/2000, devendo corresponder a um determinado lote de produto do qual se originou.

104 O certificado de classificação somente pode ser emitido por classificador habilitado, devendo sempre, no ato de sua emissão, anexar o laudo de classificação, cuja emissão é exclusividade do laboratório oficial do MAPA.

105 Para fins de comprovação da classificação e controle da fiscalização, o certificado de classificação emitido deve permanecer arquivado por um período mínimo de vinte anos.

Com referência à Lei Federal n.º 7.802, de 11/7/1989, e o seu regulamento, o Decreto n.º 4.074, de 4/1/2002, que dispõe sobre pesquisa, experimentação, produção, embalagem e rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda comercial, utilização, importação, exportação, destino final dos resíduos e embalagens, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, julgue os itens subseqüentes.

106 O agente de inspeção e fiscalização, seja ele do órgão de agricultura, de saúde ou do meio ambiente, ao lavrar um auto de infração, não pode sugerir nem mesmo insinuar as penalidades aplicáveis sob pena de invalidação do auto, uma vez que essa é uma prerrogativa reservada à autoridade julgadora.

107 A legislação federal define como agente biológico de controle o organismo vivo, de ocorrência natural ou obtido por manipulação genética, introduzido no ambiente para o controle de uma população ou de atividades biológicas de outro organismo vivo considerado nocivo.

108 Com referência às atribuições legais dos ministérios, cabe ao MAPA avaliar e classificar toxicologicamente os agrotóxicos, seus componentes e afins; ao Ministério da Saúde cabe realizar a avaliação ambiental preliminar de agrotóxicos, produto técnico, pré-mistura e afins, destinados à pesquisa e à experimentação; ao Ministério do Meio Ambiente cabe estabelecer intervalo de reentrada em ambiente tratado com agrotóxicos e afins.

109 O registro de novo produto agrotóxico, seus componentes e afins deve ser concedido independentemente de sua ação tóxica sobre o ser humano ou sobre o meio ambiente, podendo esse produto ser, inclusive, mais tóxico que os já registrados para a mesma finalidade.

110 Os estabelecimentos comerciais devem dispor de instalações adequadas para o recebimento e armazenamento das embalagens vazias de agrotóxicos devolvidas pelos usuários, até que sejam recolhidas pelas respectivas empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, que são responsáveis pela destinação final dessas embalagens.

Com base na legislação federal pertinente à defesa vegetal e considerando os diferentes atos normativos publicados no intuito de melhor aparelhar essa atividade, julgue os seguintes itens.

111 A análise de diagnóstico fitossanitário é a operação técnica que consiste em determinar com detalhe a presença, ausência e (ou) frequência de um determinado organismo em um produto de origem vegetal, processado ou semiprocessado, que possa causar doenças ou agravos à saúde dos consumidores.

112 A validade do CFO é de até trinta dias para culturas perenes e de até quinze dias para culturas anuais.

113 Para delimitação de uma área ou local de produção livre de sigatoka negra, entre outras providências, deve-se considerar uma distância mínima de 70 km de possíveis fontes de infestação da praga, inclusive para rotas de trânsito, estabelecendo uma área tampão.

114 Entre os hospedeiros preferenciais da mosca da carambola não incluem a manga (*Mangifera indica*), a laranja da terra (*Citrus aurantium*) e a goiaba (*Psidium guajava*).

115 O CFO deve ser emitido na unidade centralizadora, independentemente de os lotes dos produtos recebidos virem acompanhados pelo CFO ou por permissões de trânsito.

Com base na legislação federal pertinente, julgue os itens que se seguem.

116 O trânsito de plantas e partes de plantas potenciais hospedeiras de mosca branca (*Bemisia tabaci*), com destino ao estado do Amazonas, somente é permitido mediante a competente permissão de trânsito emitida por instituição oficial, atestando que esse material está livre da referida praga.

117 A emissão de PTV, regulamentada por ato da SDA/MAPA, é obrigatória apenas para o trânsito de plantas e partes de plantas de bananeira (*Musa spp* e seus cultivares) entre unidades da Federação onde exista a praga sigatoka negra (*Mycosphaerella fijiensis*).

118 Os engenheiros agrônomos de todo o país devem notificar as suspeitas de ocorrência da mosca da carambola à autoridade fitossanitária mais próxima, federal ou estadual, que, nesse caso, deverá repassar imediatamente as informações ao DDIV/SDA/MAPA.

119 O classificador de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico deve ser aprovado em concurso público e posteriormente treinado por curso específico, supervisionado por uma empresa de classificação credenciada.

120 O município paraense de Castanhal pode legislar de maneira supletiva sobre o uso e o armazenamento de agrotóxicos no âmbito de seus limites territoriais e dos municípios vizinhos que possam representar perigos para a sua agricultura.

Um grupo de agricultores decidiu constituir uma fundação visando ao melhoramento genético de soja, na expectativa de obtenção de lucros por meio da venda de sementes dessa espécie.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, à luz da Lei n.º 10.711, de 5/8/2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças no Brasil.

121 Uma vez instituída, essa fundação poderá, desde que credenciada pelo MAPA ou por outra instituição competente, atuar como entidade certificadora na produção de sementes de soja.

122 Caso um desses agricultores decida produzir semente certificada, ele, necessariamente, deverá utilizar semente básica ou semente certificada de primeira geração para implantar seus campos de produção.

123 Caso a fundação mencionada conte com pelo menos um engenheiro agrônomo em seu quadro de empregados, os agricultores a ela vinculados não precisarão designar um engenheiro agrônomo como responsável técnico pelos campos de produção de sementes.

124 Independentemente da instituição que venha a desempenhar a função de entidade certificadora do processo de produção de sementes desses agricultores, as inspeções de campo deverão ser realizadas pelo setor público.

125 Caso os agricultores que constituíram a fundação decidam produzir e comercializar sementes não-certificadas, porém com origem genética comprovada, poderão fazê-lo independentemente de inscrição dos campos de produção no MAPA ou na instituição oficial encarregada.

